



Rio de Janeiro, a #CidadeOlimpica: Viva sua paixão!

Empresas que recebem isenção fiscal terão que devolver 10% do valor ao Estado

No último dia 26 de julho, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em discussão única, aprovou o projeto de lei 2.008/16, de autoria do Executivo, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (Feef). A proposta determina que todas as empresas que recebem incentivos fiscais repassem 10% do total ao fundo.

A vigência da lei será de dois anos. O Governo do Estado estima que o fundo arrecade cerca de R\$ 1 bilhão em um ano, tomando como base a renúncia fiscal de R\$ 10 bilhões prevista na Lei Orçamentária Anual. Em meio à mais grave crise do estado, a prioridade é usar os recursos na previdência, no pagamento de servidores, na saúde, na educação e na segurança. O projeto prevê uma compensação às empresas, prorrogando os benefícios fiscais por período proporcional ao repasse feito ao estado.

Deputados acrescentaram à lei emendas de transparência, obrigando o estado a divulgar a lista dos cem maiores incentivos, e de isenção da cobrança a micro e pequenas empresas, além do setor de cultura, para que a população saiba exatamente quem recebe os incentivos e como é usado esse dinheiro.

Outras emendas aprovadas retiraram do projeto setores que, pelo texto original, seriam obrigados a seguir a regra, como micro e pequenas empresas, o polo metal mecânico de Nova Friburgo, na Região Serrana; a indústria têxtil, fábricas de produtos da cesta básica e de material didático. Ficaram de fora também as leis estaduais de incentivo à cultura e ao esporte.

Pelo texto aprovado, a empresa terá o incentivo fiscal suspenso no mês em que não fizer o depósito. Caso isso aconteça por três meses, o benefício será cancelado. O projeto também autoriza o estado a prorrogar a isenção para compensar o valor depositado no fundo pela empresa.

Representantes da Fecomercio e Firjan, com o apoio das entidades dos setores prejudicados, dentre elas o SQUIRJ, chegaram a pedir o adiamento da votação e informaram aos deputados que não teriam outro caminho senão entrar na Justiça contra a medida. No dia 20 de julho, a Firjan lançou Nota Técnica apresentando, dentre outros dados, o cálculo que revela que a medida, somada ao aumento da alíquota do Fundo de Combate à Pobreza aprovado no início do ano, elevará em 33% a carga tributária sobre o setor.

A entidade alerta ainda para o fato de que quanto mais tributada for a produção industrial fluminense, maior será o preço final de seus produtos, diminuindo assim sua competitividade frente a outros estados e, por conseguinte, o volume de vendas e faturamento. Diante disso, a arrecadação de ICMS tende a diminuir, ao invés de aumentar, como previsto.

O citado projeto gera grave insegurança jurídica para empresas e setores que atualmente utilizam regimes tributários diferenciados, uma vez que a redução destes benefícios poderia levar a uma debandada de empresas a outros estados com maior volume de incentivos, ocasionando grave perda de arrecadação, de empregos e de renda à federação fluminense.

Até o fechamento desta edição, não se tinha notícias sobre a sanção pelo governador em exercício, Francisco Dornelles, que terá 15 dias úteis para decidir pela sanção ou veto. Caso o projeto se transforme em lei sem as alterações solicitadas pela federação, a Firjan, em defesa dos interesses da indústria fluminense, com o apoio dos sindicatos, dentre eles o SQUIRJ, solicitará à Confederação Nacional da Indústria (CNI) que ingresse com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no STF.

Editorial

Começando a sair do poço

ACOPENOR (Cia. Petroquímica do Nordeste) anunciou neste mês que paralisou a produção de metanol - cerca de 10% da demanda nacional. Passaremos a importar toda a nossa necessidade de metanol - um milhão de toneladas por ano.

É preocupante a situação de alguns setores da Indústria Química Brasileira, mas não foi uma surpresa, pois a ABIQUIM, desde abril de 2013, tenta sensibilizar o Governo para a necessidade de uma política de preços diferenciada para o uso do gás natural como matéria-prima, aprimorando a Lei do Gás, que já pacificou muitos aspectos correlacionados ao transporte, processamento, estocagem e comercialização do gás convencional, mas ainda faltam ajustes.

Na outra ponta, a articulação da ABIQUIM, via Frente Parlamentar da Química, já mostra frutos; é emblemática a visita à sede da entidade do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, acompanhado do Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento, do Ministério do Planejamento, para que os executivos do Governo reconheçam a importância estratégica da Indústria Química.

Afirmo que já chegamos ao fundo do poço. A recente sincronia entre os poderes legislativo e executivo certamente trará frutos a partir de agosto - temos que acreditar. As agências internacionais, como o FMI, já enxergam um cenário menos ruim para 2017.

Vamos aguardar que, superada a interinidade, medidas concretas, estruturais, como, por exemplo, um novo teto de gastos e as reformas trabalhista e previdenciária, tragam mais ânimo para os agentes econômicos tirarem seus da gaveta.

Crise e paradas derrubam ocupação em fábricas

A crise econômica e paradas para manutenção em fábricas, programadas ou não, em praticamente todos os grandes produtores levaram a taxa de ocupação da indústria de cloro-soda no Brasil para níveis mais de 10 pontos percentuais abaixo da média histórica de 87% nos cinco primeiros meses deste ano.

Com a operação normalizada das unidades, porém, a expectativa é de recuperação no uso da capacidade ainda em 2016, de acordo com o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Cloro-Alcalis e Derivados (Abiclor), Alexandre de Castro.

De janeiro a maio, a taxa de utilização da capacidade instalada na indústria de cloro-soda ficou em 76,6%, comparável a 82% no mesmo intervalo em 2015. O nível atual, conforme o executivo, reflete mais os problemas operacionais enfrentados por fábricas do que a retração na demanda na esteira do enfraquecimento da economia doméstica - o cloro e a soda são produtos intermediários de produção, usados em outros 16 setores.

"Até maio, alguns problemas operacionais fizeram com que as taxas de operação fossem menores. Se as unidades operarem bem depois das paradas, essa diferença deve diminuir até o fim do ano", disse. São sócios produtores da Abiclor as empresas Braskem, Canexus, Unipar Carbocloro, Dow, Produquímica, Katrium e Solvay Indupa.

Assim, do ponto de vista operacional, a perspectiva é a de que o segundo semestre seja melhor do que os seis primeiros meses do ano para a indústria de cloro-soda. Sob a ótica de mercado, porém, ainda há muitas incertezas. "2016 ainda deve ser de queda na produção", afirmou. Novos investimentos dependerão fundamentalmente da retomada do consumo e, em teoria, sairiam do papel com o mercado em expansão e taxas de operação ao redor de 90% ou 92%.

De janeiro a maio, a produção de cloro caiu 6% no acumulado dos cinco meses, para 484,3 mil toneladas, enquanto a de soda cáustica, que ocorre simultaneamente, cedeu 6,3% a 531,7 mil toneladas, segundo a Abiclor.

De acordo com Castro, a demanda por soda tem se comportado de maneira "relativamente estável" apesar da crise econômica. E, para garantir a produção dos volumes demandados do insumo, a indústria ampliou as exportações de produtos derivados de cloro, como PVC e poliuretano (PU), que tradicionalmente são comercializados no mercado doméstico.

"Para cumprir os compromissos em soda, continuamos a produzir a mesma quantidade de derivados de cloro e ampliamos a exportação", explicou Castro, que também é diretor comercial de vinílicos e responsável pelas áreas comerciais de cloro-soda e de PVC da Braskem.

De janeiro a maio, o uso cativo (pela própria indústria) de cloro recuou 4,3%, 425,9 mil toneladas, enquanto as vendas totais caíram 14%, para 59,4 mil toneladas. O consumo aparente recuou na mesma proporção do volume produzido, 6%, para 486,4 mil toneladas.

Em soda cáustica, as vendas totais tiveram queda de 9,6%, para 456,2 mil toneladas, enquanto o uso cativo recuou 2,2%, a 57,2 mil toneladas. O consumo aparente, por sua vez, caiu 13,7%, para 875,8 mil toneladas, pressionado pela baixa de 22,9% nas importações, que totalizaram 350,8 mil toneladas nos cinco meses.

Fonte: Valor Econômico

Anuário da Indústria de Petróleo reúne análise conjuntural e perspectivas para a cadeia de fornecedores



Com o objetivo de fortalecer a indústria do estado e dar subsídios às tomadas de decisão nesse período desafiador, a FIRJAN lançou o Anuário da Indústria de Petróleo no Rio de Janeiro - Panorama 2016.

O documento traz dados sobre a produção de petróleo, localização das plataformas, áreas de partilha e cessão onerosa, blocos e campos concedidos, refino e produção, além de empregos, entre outras informações. Para a indústria, é uma fonte única que possibilita ter uma visão histórica do tema, entender o contexto atual e prever tendências para os próximos anos.

O Anuário prevê que a expectativa de volume a ser explorado nos campos do pré-sal esteja em torno de 56 bilhões de barris de óleo equivalente. Para a FIRJAN, só será possível atingir a total capacidade de produção se forem realizadas adequações regulatórias como o fim do operador único no pré-sal, atraindo investimento de outras operadoras, assim como o aperfeiçoamento das regras de conteúdo local.

Outro pleito primordial defendido pela Federação e pelas entidades do mercado é a volta dos leilões com uma agenda permanente. Com a falta de regularidade na realização, o Brasil deixa de contabilizar reservas e proporcionar uma dinâmica que dê condições de sustentabilidade a esse mercado por previsibilidade de investimentos e manutenção de uma escala mínima necessária.

A publicação foi lançada em 5 de julho e está disponível na seção Biblioteca no site do SIQUIRJ, <http://www.siquirj.com.br>

Fonte: Carta da Indústria

SIQUIRJ realiza curso sobre Gerenciamento de Mudanças



Foi realizado nos dias 19 e 20 de julho, em parceria com a Abiquim, o curso de Gerenciamento de Mudanças, ministrado pelo Sr. Clayton Schultz, teve como objetivo proporcionar aos participantes os conhecimentos necessários para o gerenciamento de modificações de seus processos, produtos, instalações e serviços. O próximos dois cursos, Fundamentos de Segurança de Processo e Análise de Risco de Processos Industriais, ocorrerão, respectivamente, nos dias 12 de setembro - o primeiro, e 14 e 15 de setembro o segundo, com carga horária de 8 e 16 horas.

Para associados do SIQUIRJ, a taxa de inscrição é de R\$ 300,00 (colocar opção sócia-efetiva), e para não-associados R\$ 1.000,00. As inscrições podem ser feitas pelo site da ABIQUIM.

SIQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria Plena - Triênio 2013/2016

Isaac Plachta - **Presidente**

Antonio Berge Kessedjian
Antonio Emilio Meireles
Carlos Mariani Bittencourt
Carlos Oliveira Cruz
Carlos Roberto da Silva
Celso da Silva Bueno
Ciro Alves
Edson Kleiber de Castilho
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Flavio Costa Abreu
Gilson Luiz Maurity Santos
Lenilson Marcelo Bezerra
Lincoln Rosa
Manoel Moysés Zauberman
Marjorie Arias
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Nicolau Pires Lages
Paul Antoine Maron Gédéon
Roberto Pinho Dias Garcia
Ronaldo Valle Monteiro
Rubens Muniz

(Relação em Ordem Alfabética)